

Alerta Legislação, nº 51, de 22 a 31 dezembro de 2014

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **DECRETO Nº 8.386, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras.

■ **DECRETO Nº 8.381, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014**

Regulamenta a [Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011](#), que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.

[...]

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2015, o salário mínimo será de **R\$ 788,00** (setecentos e oitenta e oito reais).

[...]

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)

■ **RESOLUÇÃO Nº 514, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

Dispõe sobre a Política Nacional de Trânsito, seus fins e aplicação, e dá outras providências.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

■ **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014**

[...]

Art. 1º Divulgar as estimativas da População para o Brasil e Unidades da Federação, com data de referência em 1º de julho de 2014, constantes da relação anexa, para os fins previstos no inciso VI do artigo 1º da [Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992](#).

[...]

Governo do Estado de São Paulo

■ **RESOLUÇÃO CC-96, DE 17-12-2014**

Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá providências correlatas

[...]

Artigo 1º - Ficam prorrogados, até 15-1-2015, os afastamentos de servidores da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, das Empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária e das entidades por ele direta ou indiretamente controladas e de componentes da Polícia Militar do Estado, autorizados até 31-12-2014, com fundamento na legislação pertinente e nas Resoluções CC-17, de 2, republicada no Diário Oficial do Estado de 5-5-2007, CC-23, de 19, publicada no Diário Oficial do Estado de 20-6-2007, e CC-1, de 24, publicada no Diário Oficial do Estado de 25-1-2008, na seguinte conformidade:

I – junto a órgãos da Administração Direta e Indireta da União, dos demais

Estados e Prefeituras Municipais da Federação, bem como junto ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e a órgãos do Poder Judiciário Federal;
 II – junto à Assembléia Legislativa do Estado, ao Poder Judiciário Estadual, ao Ministério Público do Estado, à Defensoria Pública do Estado, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
 III – junto à órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado de São Paulo;
 IV – junto às Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado de São Paulo.
 [...]

■ **RESOLUÇÃO CC-95, DE 17-12-2014**

Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e Autárquica do Estado, e dá providências correlatas
 [...]

Artigo 1º - Ficam prorrogados, até 31-1-2015, os afastamentos de servidores da Administração Direta e das Autarquias do Estado, requisitados pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, com fundamento nos incs. XIII e XIV, do art. 30, da [LF 4.737-65](#), autorizados até 31-12-2014.

[...]

(Publicado novamente por ter saído com incorreções)

Prefeitura da Cidade de São Paulo

■ **DECRETO Nº 55.820, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014**

Concede desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU relativo ao exercício de 2015.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
31/12/2014	<p><u>LEI Nº 13.067, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 13.065, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Concede auxílio especial e bolsa especial de educação aos dependentes dos militares da Marinha do Brasil falecidos no acidente ocorrido em fevereiro de 2012 na Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF.</p> <p><u>LEI Nº 13.063, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para isentar o aposentado por invalidez e o pensionista inválido beneficiários do Regime Geral da Previdência Social - RGPS de se submeterem a exame médico-pericial após completarem 60 (sessenta) anos de idade.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.387, DE 30 DE DEZEMBRO 2014</u> Altera o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, que institui o</p>

	<p>Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS".</p> <p><u>DECRETO Nº 8.386, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras.</p>
<p>30/12/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 8.384, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera o Anexo ao Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, que aprova o Regulamento da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes destinados à agricultura.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.383, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2015 das empresas estatais federais, e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.382, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera os Anexos I e II ao Decreto nº 8.159, de 18 de dezembro de 2013, que aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para 2014.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.381, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. [...] Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2015, o salário mínimo será de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais). [...]</p>
<p>24/12/2014</p>	<p>RETIFICAÇÃO <u>LEI Nº 13.058, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014</u> (Publicada no Diário Oficial de 23 de dezembro de 2014, Seção 1) Na página 3, 1ª coluna, nas assinaturas, leia-se: Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo e Claudinei do Nascimento.</p>
<p>23/12/2014</p>	<p><u>LEI Nº 13.061, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Institui o Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais.</p> <p><u>LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.</p> <p><u>LEI Nº 13.059, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Institui o dia 4 de outubro como o Dia Nacional dos Agentes de Combate às Endemias.</p> <p><u>LEI Nº 13.058, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre sua aplicação</p> <p><u>LEI Nº 13.057, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Cria cargos de provimento efetivo, em comissão e funções</p>

	<p>comissionadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.</p> <p><u>LEI Nº 13.056, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Inscrive o nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria.</p> <p><u>LEI Nº 13.055, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Institui o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dispõe sobre sua comemoração.</p> <p><u>LEI Nº 13.054, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Institui o dia 6 de agosto como Dia Nacional dos Profissionais da Educação.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	<p>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) ↳ Procuradoria-Geral Federal (PGF) <u>PORTARIA Nº 4, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre o lançamento de registros de inclusões, exclusões, suspensões, reativações ou alterações no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais (Cadin), referentes aos devedores ou responsáveis por créditos da União decorrentes de multas administrativas aplicadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), honorários advocatícios e demais ônus sucumbenciais</p> <p>SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) <u>PORTARIA Nº 754, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre as diretrizes para organização e realização das Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos.</p>
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	<p>CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL (CONCEA) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Acrescenta art. 1º-A e altera o art. 4º da Resolução Normativa nº 1, de 9 de julho de 2010, que dispõe sobre a instalação e o funcionamento das Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs).</p>
Ministério da Educação (MEC)	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.076, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Institui Grupo de Trabalho para analisar mecanismo de inclusão de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades em programas de mestrado e doutorado e em programas de mobilidade internacional da CAPES.</p> <p><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 24, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Estabelece o Calendário 2015 de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC.</p> <p><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 23, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera dispositivos das Portarias Normativas MEC nº 1, de 22 de janeiro</p>

	<p>de 2010, nº 15, de 8 de julho de 2011, e nº 21, de 26 de dezembro de 2014, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies.</p> <p><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 22, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera dispositivos das Portarias Normativas nº 10, de 30 de abril de 2010, e nº 23, de 10 de novembro de 2011, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).</p> <p><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 21, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera dispositivos das Portarias Normativas MEC nº 2, de 31 de agosto de 2008; nº 1, de 22 de janeiro de 2010; nº 10, de 30 de abril de 2010; nº 15, de 8 de julho de 2011; nº 23, de 10 de novembro de 2011; nº 25, de 22 de dezembro de 2011; nº 16, de 4 de setembro de 2012; nº 19, de 31 de outubro de 2012; e nº 28, de 28 de dezembro de 2012, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.</p> <p><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 16, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Portaria Interministerial nº 1.077/MEC/MS, de 12 de novembro de 2009, a Portaria Interministerial nº 1.320/MEC/MS, de 11 de novembro de 2010 e revoga a Portaria Interministerial nº 1.224/MEC/MS, de 3 de outubro de 2012, para atualizar o processo de designação dos membros da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) e para incluir áreas profissionais para a realização de Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde.</p> <p><u>PORTARIA NORMATIVA Nº-20, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em direito ofertados por Instituições de Educação Superior – IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, em trâmite no Ministério da Educação até a publicação desta Portaria Normativa.</p> <p>SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES) <u>PORTARIA Nº 790, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006. [...]</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.397, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Resolução nº 4.171, de 20 de dezembro de 2012, que estabelece critérios, condições e prazos para a concessão de financiamentos ao amparo dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO), entre outras condições.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.396, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Ajuda normas do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) amparado em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento</p>

Econômico e Social (BNDES).

RESOLUÇÃO Nº 4.395, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

Define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento de que trata o art. 1º da [Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001](#).

CIRCULAR Nº 3.741, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a fixação do valor do Adicional de Capital Principal (ACP), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

CARTA-CIRCULAR Nº 3.686, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera o percentual máximo da remuneração da Instituição Custodiante.

RESOLUÇÃO Nº 4.394, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o primeiro trimestre de 2015.

RESOLUÇÃO Nº 4.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a cobertura do risco de crédito e dos custos operacionais das operações de financiamento de bens de consumo duráveis destinados às pessoas físicas do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de que trata a [Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013](#).

RESOLUÇÃO Nº 4.391, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Estabelece as condições para contratação dos financiamentos passíveis de subvenção econômica de que trata a [Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009](#), para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)

CIRCULAR Nº 669, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

Estabelece o Manual de Orientação ao Empregador Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais como instrumento disciplinador dos procedimentos referentes a arrecadação do FGTS.

CIRCULAR Nº 668, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2015, e dá outras providências.

CIRCULAR Nº 667, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2014, e dá outras providências.

CIRCULAR Nº 666, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

Define condições e procedimentos operacionais para aquisição, pelo Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios FIDC, de debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI, que possuam lastro em operações de Saneamento Básico, que integram a carteira administrada do FGTS.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.539, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014

	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do selo de controle nos relógios de pulso e de bolso, e dá outras providências.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.538, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Aprova o Programa Gerador da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (PGD Dirf 2015).</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.531, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe a respeito de orientação aos contribuintes quanto à utilização do programa multiplataforma Recolhimento Mensal Obrigatório (Carnê-Leão) relativo ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Física a partir do ano-calendário de 2015.</p> <p>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN) ↳ Conselho Diretor do Fundo PIS/PASEP <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Autorizar a liberação do saldo das contas do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP nas seguintes situações [...]</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.840, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Cria o Programa de Desinstitucionalização integrante do componente Estratégias de Desinstitucionalização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e institui o respectivo incentivo financeiro de custeio mensal.</p> <p><u>PORTARIA Nº 2.814, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Redefine regras e critérios para a formalização, apresentação, análise, aprovação, monitoramento e avaliação de projetos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), bem como sua sistemática de gestão e fluxo processual.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 4.945, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 1305010 (Val 08/2015), do medicamento ZOLMICOL 200mg, fabricado pela Geolab Indústria Farmacêutica S/A(CNPJ: 03485572/0001-04). [...]</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 4.944, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Revogar parcialmente a Resolução-RE nº 1.839 de 22/05/2013, publicada no DOU Nº98 de 23/05/2013, seção 1 pg.65, liberando a importação da bomba de infusão LIFECARE PLUM A+, registro nº 80253310023, de titularidade da empresa Hospira Produtos Hospitalares (CNPJ 0628311/0001-89). Art. 2º Permanece em vigor, como medida de interesse sanitário, a suspensão da importação das bombas de infusão LIFECARE registro nº 80253310022 e GEMSTAR registro nº 80253310025, de titularidade da</p>

empresa Hospira Produtos Hospitalares (CNPJ 0628311/0001-89).
[...]

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.943, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014

[...]

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 1409621 (Val 08/2016) do medicamento CIMELIDE 100 mg (Nimesulida) comprimido, fabricado por Cimed Indústria de Medicamentos LTDA. (CNPJ: 02814497/0001-07).

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.942, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014

[...]

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto cosmético BOTOX CAPILAR COMPLEX NUTRITIVE 1000g, com rotulagem indicando ter sido fabricado pela empresa Di-Biazzì Cosméticos Ltda, que não possui Autorização de Funcionamento, (CNPJ inválido 03.267.131/0001-99), localizada na Av. Roque Barbosa, 6381 – São Paulo/ SP.

[...]

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.941, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014

[...]

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos IVERMEC (nº de registro: 105500141); ZETALERG (nº de registro: 105500073); NISALGEN (nº de registro: 105500071); PERIDONA (nº de registro: 105500140); VIRAZOLE (nº de registro: 105500046) e ZETITEC (nº de registro: 105500077) para todas as suas formas farmacêuticas, fabricados pela empresa UCI - Farma Indústria Farmacêutica LTDA.

(CNPJ 48396378/0001-82).

[...]

→ **Superintendência de Fiscalização, Controle e Monitoramento**

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.881, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

[...]

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e implante do produto PRÓTESE MAMÁRIA DE SILICONE ARION que consta no rótulo a informação de esterilizado por calor a seco e nº de registro 80165560006, fabricado pela empresa Laboratoires Arion, localizada na França, registrada por Imact Importação e Comércio Ltda. (CNPJ: 03.400.037/0001-03).

Art. 2º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e implante do produto PRÓTESE MAMÁRIA DE SILICONE ARION esterilizado por óxido de etileno, registro 80165560006, fabricado a partir de 28/4/2014 pela empresa Laboratoires Arion, localizada na França, registrada por Imact Importação e Comércio Ltda. (CNPJ: 03.400.037/0001-03).

[...]

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)

PORTARIA Nº 1.505, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Esclerose Múltipla.

<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dá nova redação aos Anexos I, II e III da Instrução Normativa nº 44, de 20 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2014.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Instrução Normativa nº 39/2013, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes à área de Infraestrutura Urbana, para o exercício de 2014.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes à área de Infraestrutura Urbana, para o exercício de 2015.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dá nova redação ao Anexo da Instrução Normativa nº 23/2014, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o calendário para contratação de operações de crédito do PAC 2 Mobilidade Médias Cidades, no âmbito do Programa de Infraestrutura e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Regulamenta o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - PMCMV-E e altera a Instrução Normativa nº 14/2008, que regulamenta o Programa Crédito Solidário - PCS.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2015</p> <p>CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CCFDS)</p> <p>CONSELHO DAS CIDADES (CONCIDADES) <u>RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 172, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Recomenda que o Ministério das Cidades solicite, à Casa Civil da Presidência da República, o estabelecimento de política de governo que vise a orientar ajustes nos procedimentos e na forma atualmente interpretada de faturamento do fornecimento de energia elétrica aos serviços de transporte público por meio de tração elétrica, bem como a criação de Grupo de Trabalho Interministerial que vise a avaliar e propor medidas para tratamento tarifário adequado de custos, com base nas diretrizes de governo, entre concessões de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e transporte público por meio de tração elétrica.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 514, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a Política Nacional de Trânsito, seus fins e aplicação, e dá</p>
---	--

	<p>outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 515 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Revoga a Resolução CONTRAN nº 207, de 20 de outubro de 2006 e estabelece critérios de padronização para funcionamento das Escolas Públicas de Trânsito.</p>
Ministério de Minas e Energia (MME)	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 4, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Aprova o preço de referência para o compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, a ser utilizado nos processos de resolução de conflitos, e estabelece regras para uso e ocupação dos Pontos de Fixação.</p>
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	<p>INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro) <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre ampliação da adesão do Brasil aos Atos da OCDE para aceitação mútua de dados laboratoriais segundo as Boas Práticas de Laboratório (BPL).</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Comitê Brasileiro de Metrologia (CBM) e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre o Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC).</p>
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	<p>SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SESAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 9, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Aprova as orientações para a elaboração e o monitoramento dos novos planos de segurança alimentar e nutricional de âmbito nacional, estadual e municipal.</p>
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO Nº 2051, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a redução temporária do limite mínimo à barragem de Santa Cecília, no Rio Paraíba do Sul.</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos para solicitação, análise e concessão de anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica, nos termos do Art.19 do Decreto nº 6.660, de 2008. [...]</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Estabelecer diretrizes e procedimentos, no âmbito do IBAMA, para a apreensão e a destinação, bem como o registro e o controle, de</p>

	<p>animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos, embarcações ou veículos de qualquer natureza apreendidos em razão da constatação de prática de infração administrativa ambiental. [...]</p> <p>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 146, DE 26 DEZEMBRO DE 2014</u> Aprova o Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento no Estado da Bahia.</p> <p><u>PORTARIA Nº 145, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera normas da Zona de Visitação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais. (Processo nº 02070.002296/2014-17).</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 547, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Autorizar o Ministério da Justiça a contratar, a partir de janeiro de 2015, nos termos do Anexo a esta Portaria, 44 (quarenta e quatro) profissionais, por tempo determinado [...]</p> <p><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 539, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Autorizar o Ministério da Educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, nos termos do Anexo, a contratar 316 (trezentos e dezesseis) profissionais, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma das alíneas "i" e "j" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.</p> <p>FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) <u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Divulgar as estimativas da População para o Brasil e Unidades da Federação, com data de referência em 1º de julho de 2014, constantes da relação anexa, para os fins previstos no inciso VI do artigo 1º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. [...]</p>
<p>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.020, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Aprova regras para a imposição de multas administrativas, previstas na legislação trabalhista, por infrações às normas de proteção ao trabalho doméstico.</p>

<p>Ministério dos Transportes (MT)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 429, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Acresce dispositivo ao art. 10 da Portaria nº 261, de 3 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 4 de dezembro de 2012, que disciplina a concessão e a administração do benefício de passe livre à pessoa com deficiência, comprovadamente carente, no sistema de transporte coletivo interestadual de passageiros, de que trata a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.523, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Estabelece Novas Metas Anuais de Produção por Trecho para o Quadriênio 2014/2017 para a Concessionária Ferrovia Transnordestina Logística S. A. - FTL</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>31/12/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 61.033, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR aos servidores da Secretaria de Gestão Pública, nos termos do artigo 12 da Lei Complementar nº 1.104, de 17 de março de 2010, para o exercício de 2014</p>
<p>30/12/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 61.027, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a instalação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Suzano e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 61.026, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera o artigo 6º do Decreto nº 60.133, de 7 de fevereiro de 2014, que declarou as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as deficientes de dados para avaliação no Estado de São Paulo e dá providências correlatas</p>
<p>25/12/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 61.019, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, a Unidade "Centro de Referência do Idoso – C.R.I. Oeste" na Capital do Estado e dá providências correlatas</p>
<p>23/12/2014</p>	<p>Retificação do D.O de 20-12-14 Leia-se como segue e não como constou: <u>LEI Nº 15.624, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007 O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei: Artigo 1º - Os artigos 1º e 2º da Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação: Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de dezembro de 2014.</p>

SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP-185, DE 18/12/14</u> Regulamenta o credenciamento de restaurantes para fornecimento de alimentação aos servidores públicos da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, Coordenadoria de Saúde, Conselho Penitenciário, Corregedoria e a Ouvidoria da Secretaria de Administração Penitenciária que trabalham no prédio da Rua Líbero Badaró 600 e aos servidores da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania e da Secretaria de Administração Penitenciária que trabalham na Central de Penas e Medidas Alternativas e no Serviço de Apoio às Varas das Execuções Penais localizados no Complexo Judiciário "Ministro Mário Guimarães" - Fórum Criminal da Barra Funda</p>
Agricultura e Abastecimento (SAA)	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA - 45, DE 24-12-2014</u> Dispõe sobre o Sistema de Gestão Arquivística de Documentos e Informações da Agricultura - AGRIdoc.</p>
Casa Civil (CC)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SF/SPDR-5, DE 30-12-2014</u> Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores globais da Secretaria de Gestão Pública, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a Lei Complementar nº 1.104, de 17 de março de 2010, no exercício de 2014</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SF/SPDR-6, DE 30-12-2014</u> Dispõe sobre a fixação de metas e linhas de base para os indicadores globais da Secretaria de Gestão Pública, tendo em vista o pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.104-2010, no exercício de 2014</p> <p><u>RESOLUÇÃO CC-96, DE 17-12-2014</u> Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá providências correlatas [...]</p> <p>Artigo 1º - Ficam prorrogados, até 15-1-2015, os afastamentos de servidores da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, das Empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária e das entidades por ele direta ou indiretamente controladas e de componentes da Polícia Militar do Estado, autorizados até 31-12-2014, com fundamento na legislação pertinente e nas Resoluções CC-17, de 2, republicada no Diário Oficial do Estado de 5-5-2007, CC-23, de 19, publicada no Diário Oficial do Estado de 20-6-2007, e CC-1, de 24, publicada no Diário Oficial do Estado de 25-1-2008, na seguinte conformidade: I – junto a órgãos da Administração Direta e Indireta da União, dos demais Estados e Prefeituras Municipais da Federação, bem como junto</p>

	<p>ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e a órgãos do Poder Judiciário Federal; II – junto à Assembléia Legislativa do Estado, ao Poder Judiciário Estadual, ao Ministério Público do Estado, à Defensoria Pública do Estado, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo; III – junto à órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado de São Paulo; IV – junto às Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado de São Paulo. [...]</p> <p><u>RESOLUÇÃO CC-95, DE 17-12-2014</u> Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e Autárquica do Estado, e dá providências correlatas [...]</p> <p>Artigo 1º - Ficam prorrogados, até 31-1-2015, os afastamentos de servidores da Administração Direta e das Autarquias do Estado, requisitados pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, com fundamento nos incs. XIII e XIV, do art. 30, da LF 4.737-65, autorizados até 31-12-2014. [...] (Publicado novamente por ter saído com incorreções)</p> <p>CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO (CGA) <u>DECLARAÇÃO PÚBLICA DE BENS - ANUAL 2013</u> Em cumprimento ao disposto no Dec. 54.264-2009, a Corregedoria Geral da Administração faz publicar a declaração anual atualizada de bens e valores das autoridades e dos dirigentes abrangidos pelo art. 3º, incs. II a V, do Dec. 41.865-97, com redação alterada pelos arts. 53 e 54 do Dec. 57.500-2011 e art. 7º do Dec. 58.276-2012.</p>
<p>Cultura (SC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC-113, DE 30-12-2014</u> Dispõe sobre o tombamento da antiga Fábrica de Tecidos Brasital, no município de Salto</p> <p><u>RESOLUÇÃO SC-112, DE 30-12-2014</u> Dispõe sobre o tombamento das Residências I e II do arquiteto Vilanova Artigas, no município de São Paulo</p> <p><u>RESOLUÇÃO SC 111, DE 30-12-2014</u> Dispõe sobre o tombamento da Imagem de Nossa Senhora Aparecida, seu manto e sua coroa, na cidade de Aparecida</p> <p>UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO <u>RESOLUÇÃO SC 110, DE 22-12-2014</u> Dispõe sobre o tombamento do Edifício Altino Arantes, antiga sede do Banco do Estado de São Paulo</p>
<p>Educação (SE)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 75, DE 30-12-2014</u> Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 74, DE 30-12-2014</u> Altera dispositivos da Resolução SE 2, de 14-01-2014, que dispõe sobre Atividades Curriculares Desportivas nas unidades escolares da</p>

	<p>rede pública estadual</p> <p><u>COMUNICADO SE S/Nº, DE 29-12-2014</u> Ações que precedem o início do ano letivo de 2015</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 73, DE 29-12-2014</u> Dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas estaduais</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 72, DE 29-12-2014</u> Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2015</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 71, DE 29-12-2014</u> Dispõe sobre o Projeto Apoio à Aprendizagem, instituído pela Resolução SE 68, de 27-9-2013</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 70, DE 29-12-2014</u> Altera dispositivos da Resolução SE 75, de 28-12-2013, que dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 69, DE 29-12-2014</u> Prorroga afastamentos de servidores desta Pasta, junto a Prefeituras Municipais, para atendimento do ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado-Município</p>
<p>Energia (SEE)</p>	<p>AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-538, DE 22-12-2014</u> Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e o recolhimento da Taxa de Regulação Controle e Fiscalização – TRCF, relativa ao exercício de 2015</p>
<p>Fazenda (SF)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 102, DE 23-12-2014*</u> Estabelece as Unidades Cadastradoras - UC do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, no âmbito da Secretaria da Fazenda e dá outras providências *Publicada novamente por ter saído incompleta.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 101, DE 22-12-2014</u> Institui o módulo de Investimento do Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas - Siedesc</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF - 95, DE 16-12-2014</u> Disciplina a emissão de certidão de débitos tributários não inscritos na dívida ativa do Estado de São Paulo</p> <p>COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)</p> <p><u>PORTARIA CAF-G 00049, DE 30-12-2014</u> O Coordenador da Administração Financeira, no uso de suas atribuições legais, resolve: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de DEZEMBRO/2014 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária</p>

	<p>obedecendo a seguinte escala: Dia 07-01-2015 - Celetistas; Dia 08-01-2015 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais. [...]</p> <p><u>COMUNICADO CAF-G-23, DE 19-12-2014</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de novembro de 2014</p> <p>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) Comunicado <u>CONSULTA PÚBLICA</u> A. A São Paulo Previdência – SPPREV –, autarquia estadual, situada na rua Bela Cintra, 657, Centro, Capital, pretende instaurar licitação pública, na modalidade de concorrência, objetivando a construção de sua sede própria, em terreno de sua propriedade, localizado na rua Vergueiro, 470, capital, por intermédio de permuta, como consta na minuta do edital. B. O material para análise, ou seja, minuta do edital memorial descritivo, etc, bem como o endereço eletrônico para envio das críticas e sugestões estão disponíveis, de 26 de dezembro/14 a 17 de janeiro/2015, na página da SPPREV na internet, no endereço:- http://www.spprev.sp.gov.br/consultapublica</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>CENTRO DE ESTUDOS (CEPGE) → Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (ESPGE) <u>PORTARIA ESPGE-4, DE 19-12-2014</u> Cessa os efeitos das designações anteriores e designa os novos Coordenadores, Subcoordenadores e Monitores dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado para o 1º Semestre de 2015</p>
<p>Segurança Pública (SSP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP 192, DE 23-12-2014</u> (Prot. GS- 12968/14) Estabelece quesitação mínima para a requisição de exames periciais referentes a aparelhos de telefone celular e afins, apreendidos em atos de polícia judiciária</p> <p>SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA → Instituto Médico Legal <u>PORTARIA DO DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO, DE 30-12-2014</u> Estabelece diretriz para o exame de lesões corporais conforme procedimento operacional padronizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)</p>
<p>Transportes Metropolitanos (STM)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM 85, DE 30-12-2014</u> Reajuste tarifário das integrações do Sistema de Ônibus das Regiões Metropolitanas de São Paulo, da Baixada Santista e de Campinas</p> <p><u>RESOLUÇÃO STM 83, DE 30-12-2014</u></p>

Reajuste tarifário – Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de Campinas (Serviços Comum e Seletivo) – Zona de Operação

RESOLUÇÃO STM 88, DE 30-12-2014

Reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, à título de gerenciamento – Área Concedida – Região Metropolitana de Campinas

RESOLUÇÃO STM 91, DE 30-12-2014

Estabelecer a partição da tarifa integrada, instituída pela Resolução STM 50, de 27-08-2014, relativa à integração operacional e tarifária, envolvendo atendimentos do Sistema de Transporte Coletivo de Ônibus Intermunicipal da Região Metropolitana de São Paulo com o Sistema Metroferroviário de Transporte de Passageiros e a divisão do montante de recursos relativos ao transporte metroferroviário do Sistema BOM de Bilhetagem Eletrônico

RESOLUÇÃO STM 90, DE 30-12-2014

Reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, à título de gerenciamento – Áreas Concedidas

RESOLUÇÃO STM 89, DE 30-12-2014

Reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, à título de gerenciamento

RESOLUÇÃO STM 87, DE 30-12-2014

Reajuste do Preço Público de Utilização de Terminais

RESOLUÇÃO STM 86, DE 30-12-2014

Reajuste do valor da taxa de embarque para as linhas metropolitanas que utilizam o Terminal Carvalho Pinto (Tietê)

RESOLUÇÃO STM 84, DE 30-12-2014

Reajuste tarifário: Integração física e tarifária envolvendo atendimentos metropolitanos do Sistema de Transporte Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de São Paulo, gerenciado pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP, com linhas municipais de São Paulo, gerenciadas pela São Paulo Transporte S/A – SPTrans, no Terminal de Ônibus Urbano Grajaú

RESOLUÇÃO STM-82, DE 30-12-2014

Integração física e tarifária da Linha 5 Lilás e atendimentos metropolitanos, em Capão Redondo e Campo Limpo

RESOLUÇÃO STM 81, DE 30-12-2014

Reajuste tarifário – Integração tarifária envolvendo atendimentos do Sistema de Transporte Coletivo de Ônibus Intermunicipal da Região Metropolitana de São Paulo, gerenciados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP com o Sistema Metroferroviário

RESOLUÇÃO STM 80, DE 30-12-2014

Reajuste tarifário: Integração física e tarifária envolvendo atendimentos metropolitanos do Sistema de Transporte Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de São Paulo, gerenciado pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A –

EMTU/SP, com linhas municipais de São Paulo, gerenciadas pela São Paulo Transporte S/A – SPTrans no Terminal Sacomã

RESOLUÇÃO STM 79, DE 30-12-2014

Reajuste tarifário: Integração física, operacional e tarifária envolvendo atendimentos metropolitanos do Sistema de Transporte Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de São Paulo, com linha complementar de viagem entre o Terminal Butantã e o Largo da Batata

RESOLUÇÃO STM-78, DE 30-12-2014

Aprova o reajuste tarifário dos serviços operados pela Estrada de Ferro Campos do Jordão

RESOLUÇÃO STM 77, DE 30-12-2014

Reajuste tarifário – Corredor Metropolitano de Trólebus São Mateus Jabaquara

RESOLUÇÃO STM 76, DE 30-12-2014

Aprova o reajuste tarifário do Serviço Turístico Especial denominado “Expresso Turístico”

RESOLUÇÃO STM 75, DE 30-12-2014

Reajuste Tarifário Sistema Coletivo de Ônibus das Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Serviços Comum e Seletivo)

RESOLUÇÃO STM 74, DE 30-12-2014

Reajuste tarifário – Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana da Baixada Santista (Serviços Comum e Seletivo)

RESOLUÇÃO STM 73, DE 30-12-2014

Reajuste tarifário – Sistema Metroferroviário

RESOLUÇÃO STM-72, DE 30-12-2014

Reajuste tarifário – Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de Campinas (Serviços Comum e Seletivo)

RESOLUÇÃO STM-71, DE 30-12-2014

Aprova o reajuste tarifário das Linhas Seletivas Especiais Expressas e Linhas Intermunicipais Comuns – (Serviço Aeroporto)

RESOLUÇÃO STM-70, DE 30-12-2014

Aprova o reajuste tarifário do Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de São Paulo (Serviços Comum e Seletivo) – sub-região Sudeste

RESOLUÇÃO STM-69, DE 30-12-2014

Reajuste tarifário – Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de São Paulo (Serviços Comum e Seletivo)

RESOLUÇÃO STM-68, DE 30-12-2014

Expede normas específicas em face do [Decreto 60.595, de 02-07-2014](#) e da Resolução STM-35, de 02-07-2014

[...]

Artigo 1º - Expedir normas específicas nos termos do inciso IV e § 3º, do artigo 2º, do Decreto 60.595, de 02-07-2014, para as empresas operadoras dos Serviços Metropolitanos de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, por Ônibus, sob o regime de permissão, nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, gerenciados pela Empresa Metropolitana

	de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU/SP, visando a prestação dos serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade . [...]
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 23-12-2014</u> Dispõe sobre o edital referente ao Concurso de Promoção para os Defensores Públicos ocupantes dos cargos de Nível IV para o Nível V da Carreira de Defensor Público do Estado, relativo ao ano de 2014 <u>ATO DO PRIMEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL, DE 22-12-2014</u> Dispõe sobre o edital referente ao Concurso de Promoção para os Defensores Públicos ocupantes dos cargos de Nível III para o Nível IV da Carreira de Defensor Público do Estado, relativo ao ano de 2014
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
30/12/2014	Ofício <u>REAJUSTE DAS TARIFAS DE METRÔ E TREM (SP)</u>
24/12/2014	SUPLEMENTO <u>PROJETO DE LEI Nº 1291, DE 2014</u> (Proposta Orçamentária para 2015) Obs: Parecer nº 1683, de 2014, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, sobre a redação final do projeto e Autógrafo nº 30.965.
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
31/12/2014	<u>LEI Nº 16.099, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> (PROJETO DE LEI Nº 467/14, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2015.
30/12/2014	<u>LEI Nº 16.098, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014</u> (PROJETO DE LEI Nº 538/14, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Concede remissão dos créditos tributários do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do exercício de 2014 nos casos que especifica e estabelece procedimentos relativos a esse imposto, em face do reconhecimento da constitucionalidade da Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013 , e dá outras providências; confere nova redação ao art. 10 da Lei nº 11.154, de 30 de dezembro de 1991 , que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão de Bens “Inter Vivos” , a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia,

bem como a cessão de direitos à sua aquisição – ITBI-IV.

LEI Nº 16.097, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

(PROJETO DE LEI Nº 384/14, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO)

Institui o **Programa de Parcelamento Incentivado de 2014 – PPI 2014**; introduz alterações nas Leis [nº 14.800, de 25 de junho de 2008](#), [nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003](#), [nº 8.424, de 18 de agosto de 1976](#), e [nº 13.207, de 9 de novembro de 2001](#).

DECRETO Nº 55.823, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

Fixa o valor dos preços de serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

DECRETO Nº 55.821, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a extinção da Seção de Convivência Infantil, da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos – SCI/SNJ, e do Centro Infantil de Proteção à Saúde, da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – CIPS/SF, e a criação do Centro de Educação Infantil 13 de Maio, conforme específica.

DECRETO Nº 55.820, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU relativo ao exercício de 2015.

SUPLEMENTO

EDITAIS

FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO – DEFIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO –

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO – DEFIS

O Diretor do Departamento de Fiscalização usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber aos contribuintes adiante relacionados que por este Edital, expedido em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 12 da [Lei 14.107 de 12 de dezembro de 2005](#), e parágrafo 2º do artigo 29 e artigo 30 do [Decreto 50.895 de 01 de outubro de 2009](#), ficam intimados da lavratura dos respectivos Autos de Infração, com a seguinte identificação:

Descrição da Infração - Deixou de recolher a **Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos – TFE**, referente às incidências descritas abaixo.

[...]



Caso não visualize a página do Diário Oficial pelo "link", proceda conforme modelo acima:

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107